

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018/023411
RECORRENTE: TRANSPORTADORA ELDADE LTDA EPP
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: P000694531

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.
ACÓRDÃO JARI Nº
EMENTA: Multa por infração ao Art. 230, inc. X do CTB, por “Conduzir o veículo com equipamento obrigatório em desacordo com o estabelecido pelo CONTRAN”. **INOBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL. Recurso Conhecido e Provido.**

Relatório

Trata-se de Recurso interposto por proprietário legal, com fundamento no **Art. 209 do CTB**, por “Conduzir o veículo com equipamento obrigatório em desacordo com o estabelecido pelo CONTRAN”, na data de 18/12/2017, na Rodovia BA093, Km 11(...)- **Simões Filho/BA**, pelo que argui matéria de fato. Alega a Recorrente, inobservância do prazo legal, dentre outras alegações. Requer o cancelamento da multa. O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações. É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine à tempestividade e capacidade postulatória. Da análise do Relatório de Auto de Infração- Extrato, verifica-se que as arguições do Recorrente corroboram com a pretensão deste, tendo em vista que, o órgão autuador não agiu diligentemente pois não expediu a NAI- Notificação de Autuação de Infração dentro do trintídio legal, uma vez que emitiu/expediu em 18/01/2018, contrariando o previsto no § 3º, art. 4º da Resolução 619 do CONTRAN.

Desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. P000694531**, lavrado contra **TRANSPORTADORA ELDADE LTDA EPP**, determinando seu consequente arquivamento.

Ficam as demais alegações afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. P000694531**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 06 de abril de 2021.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício/ SIT – Relator

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI